



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 04/2021

Período: 20/02/2021 - 26/02/2021

GEDES – UNESP

- 1- Bolsonaro indicou general para presidir Petrobras
- 2- Repercussões sobre a indicação de general para a presidência da Petrobras
- 3- Em livro, general Villas Bôas elogiou militar acusado de tortura
- 4- Revelações de livro de Villas Bôas geram reações de ministro do Supremo Tribunal Federal
- 5- Colunista analisou a posição do periódico *Folha de S. Paulo* frente aos tuítes de Villas Bôas
- 6- Periódico comentou sobre o atraso do Exército na publicação de portarias que regulamentam o rastreamento de armas e munições
- 7- Presidente do Senado afirmou que não há militarização do governo federal
- 8- Colunista fez comparações entre o papel do judiciário e dos militares no Brasil
- 9- Projeto de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro deixa a desejar
- 10- Colunista discutiu ameaças à democracia vindas de dentro do Estado brasileiro
- 11- Ex-ministro da Defesa acusou Bolsonaro e sua política armamentista de potencializar uma guerra civil
- 12- Forças armadas e comunidades quilombolas disputam territórios
- 13- Propostas de alteração da Lei de Segurança Nacional datam do início dos anos 1990
- 14- Colunista abordou armas reais ou simbólicas das forças armadas contra o Supremo Tribunal Federal
- 15- Exército e Aeronáutica devem prestar esclarecimentos ao MPF sobre produção e distribuição de cloroquina
- 16- Brasil gastou US\$ 22,1 bilhões com suas Forças Armadas em 2020
- 17- Exército ordenou retirada de militares que garantiam a segurança de madeira ilegal apreendida no Pará
- 18- Bolsonaro deve nomear militar para a Secretaria de Comunicação

1- Bolsonaro indicou general para presidir Petrobras

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, indicou o general da reserva Joaquim Silva e Luna para a presidência da Petrobras, após críticas à política de preços da empresa estatal de capital aberto, sujeita às variações do mercado internacional. A indicação foi vista como mais uma vitória da ala militar do governo. O periódico *Folha de S. Paulo* afirmou

que a ascensão de Silva e Luna ao cargo havia sido defendida pela própria ala militar do governo - em especial pelos ministros da Casa Civil, general Braga Neto, e de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque - como estratégia para recuperar a popularidade do presidente, visto que pesquisas do Datafolha indicaram forte queda em janeiro. O atual presidente da Petrobras, Roberto de Cunha Castello Branco, foi considerado demasiado resistente ao controle do governo na Petrobras, mesmo com a crescente insatisfação da população com os sucessivos aumentos nos preços da gasolina; ao mesmo tempo, Silva e Luna é visto como um nome fiel ao presidente e mais disposto ao controle de preços. Após o anúncio da troca do comando, a agenda oficial do presidente da República foi atualizada e indicou reuniões na mesma tarde com os ministros Bento Albuquerque, o general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o general Fernando Azevedo (Ministério da Defesa). De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Silva e Luna é ex-chefe do Estado-Maior do Exército (2011-2014) e foi ministro da Defesa no governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2019), sendo o primeiro militar a presidir a pasta da Defesa desde a sua criação em 1999. Caso o Conselho de Administração da Petrobras referende a troca indicada por Bolsonaro, Silva e Luna deixará seu atual posto de diretor-geral da Itaipu Binacional, que ficará sob responsabilidade do general da reserva João Francisco Ferreira. Conforme reportado pela *Folha*, caso Silva e Luna assuma a direção da Petrobras, 16 das 46 empresas estatais estarão nas mãos de militares (mais de um terço). Segundo o *Correio*, o Conselho de Administração da Petrobras é composto por 11 membros e, embora a indicação tenha causado mal-estar e “inquietação” em parte deles, sete são indicações do governo federal, incluindo o presidente do colegiado, o ex-comandante da Marinha, Eduardo Leal Ferreira. A interferência de Bolsonaro na Petrobras produziu, segundo a *Folha*, uma “reação histórica” no mercado, com reflexos negativos na Bolsa, câmbio, risco-país e juros futuros. Em entrevista para o *Estado*, o economista e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros, afirmou que embora a saída de Castello Branco da Petrobras se justifique em razão da insensibilidade às demandas sociais, a nomeação de um general para o cargo não faz sentido, pois Silva e Luna também “não tem o perfil de olhar para o problema” e ao mesmo tempo zelar pelos interesses da empresa. O economista afirmou que o problema não está na interferência em si, uma vez que é prerrogativa do presidente da República agir desta forma quando se trata de empresa controlada majoritariamente pelo governo federal, mas que a indicação de Silva e Luna, além de aumentar a importância dos militares, não seria a solução pois “um militar faz o que o presidente manda. Então, vai sentar no preço do petróleo”. (Correio Braziliense - Economia - 20/02/21; Correio Braziliense - Economia - 23/02/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 20/02/21; Folha de S. Paulo - Mercado - 22/02/2021; Folha de S. Paulo - Mercado - 24/02/2021; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 20/02/21)

2- Repercussões sobre a indicação de general para a presidência da Petrobras
Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, a colunista Eliane Cantanhêde afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, interveio na Petrobras na tentativa de ter mais um general como “escudo”. Cantanhêde comparou a indicação do general da reserva Joaquim Silva e Luna para o

comando da Petrobras com a nomeação do general Eduardo Pazuello ao ministério da Saúde, o qual se mostrou despreparado e sem conhecimento do Sistema Único de Saúde. Desta forma, ela indicou que o general na Petrobras não conheceria a importância da política de preços independente numa empresa, assim como estaria disposto a fazer o mesmo movimento de Pazuello na militarização da Saúde, ou seja, nomear militares da reserva para altos postos na Petrobras. A colunista chegou a comparar as interferências de Bolsonaro e as diversas nomeações de militares para cargos importantes do governo com o que ocorreu na Venezuela no governo Hugo Chávez, adicionando que este era um amador perto de Bolsonaro. Em coluna ao *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo destacou que com a militarização de estatais, o governo Bolsonaro está dando uma “guinada populista e estatizante” a fim de agradar a base eleitoral e “consolidar o poder dos generais no Palácio do Planalto”. Concluiu que está havendo uma “abdução” do ministro da Economia, Paulo Guedes, pelos militares, já que a nomeação de Silva e Luna não passou por ele. Até a manhã do dia 23/02/2021, a empresa já havia perdido mais de 100 bilhões em valor de mercado. Ademais, destacou que o desafio do general será convencer os acionistas de que não é “pau mandado” de Bolsonaro, como se nota com o general Pazuello, e ponderou que a diferença no caso da Petrobras é que os acionistas da petroleira, sobretudo os estrangeiros, podem demandar indenização na Justiça em razão de prejuízos causados pela intervenção indevida do governo na política de preços dos combustíveis, lembrando o que fizeram na época do “Petrolão”. (*Correio Braziliense* - Poder - 23/02/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 21/02/21)

3- Em livro, general Villas Bôas elogiou militar acusado de tortura

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, elogiou um oficial acusado de tortura durante a ditadura militar (1964-1985) em seu livro-depoimento recém-publicado. Villas Bôas referiu-se ao então comandante de companhia Rubens Bizerril como um dos “excelentes instrutores” que encontrou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EspCEX). De acordo com a *Folha*, no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, o agora coronel da reserva é apontado como “um dos envolvidos na tortura e morte do estudante secundarista Ismael Silva de Jesus, em 1972, no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia”, mas o militar negou a acusação. Ainda segundo a *Folha*, Bizerril era major da 3ª Brigada de Infantaria, havia sido encarregado de apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Goiás e sempre sustentou a versão oficial de que o estudante, preso como consequência dessa investigação, “cometera suicídio por vergonha de ter sido preso”. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 20/02/21)

4- Revelações de livro de Villas Bôas geram reações de ministro do Supremo Tribunal Federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, é um dos principais críticos do presidente da República, Jair Bolsonaro, e da atuação política dos militares. Neste sentido, Fachin tem alertado sobre possíveis riscos à democracia que a “militância bolsonarista” oferece. Segundo a *Folha*, o STF e o Palácio do Planalto tiveram

um episódio de conflito após o ministro Fachin responder em nota ao ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, afirmando ser “intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão jurídica sobre o Poder Judiciário”. De acordo com a *Folha*, o ministro Fachin se referia à declaração de Villas Bôas de que o tuíte publicado dias antes do julgamento que levou à prisão o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria sido elaborado por ele em conjunto com integrantes do Alto-Comando das Forças Armadas. Em resposta, Villas Bôas questionou por que Fachin demorou três anos para comentar sobre o assunto. Ademais, a *Folha* relembrou que em entrevista ao periódico, o ministro Fachin afirmou que estaria ocorrendo uma “remilitarização do governo civil”, declarando que este seria um dos sinais da “corrupção da democracia” brasileira, além de demonstrar preocupação com a presença do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde. Segundo a *Folha*, Fachin também demonstrou preocupação em relação à possibilidade de um golpe militar no Brasil, mencionando uma “recusa antecipada de resultado eleitoral adverso”. Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari afirmou que Villas Bôas também demorou três anos para explicar como o texto do tuíte foi produzido. Além disso, Gaspari comentou sobre a afirmação de Villas Bôas de que o texto foi preparado inicialmente por sua equipe e pelos integrantes do Alto Comando, para então ser enviado para comandantes militares de área. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 21/02/21)

5- Colunista analisou a posição do periódico *Folha de S. Paulo* frente aos tuítes de Villas Bôas

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, a colunista Flávia Lima, formada em ciências sociais e direito, comentou sobre a posição da *Folha de S. Paulo* quando os tuítes do general Villas Bôas foram publicados, em abril de 2018. Segundo Lima, a *Folha* relatou, mas não contextualizou e nem debateu a notícia. Na época, a reportagem publicada apenas descreveu os tuítes, mencionou que Villas Bôas via as Forças Armadas “atentas às missões institucionais”, indicou o silêncio do ex-presidente da República Michel Temer e o apoio do Ministério da Defesa, na época, chefiado por Joaquim Silva e Luna. Além disso, segundo Lima, em reportagem publicada após a negativa ao *habeas corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a *Folha* reportou apenas a oposição do ex-ministro Celso De Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado de avaliações de especialistas em direito militar afirmando que as declarações de Villas Bôas não violavam a lei. Ademais, a *Folha* publicou um editorial crítico à declaração de Villas Bôas, mas argumentou que as Forças Armadas já haviam demonstrado ter entendido que o papel que os militares exerceram até 1985 deveria ser superado. Lima também mencionou a fala do general da reserva Hamilton Mourão que afirmava que Villas Bôas teria o direito e dever de falar, pois o Exército é apartidário, mas não apolítico. Neste sentido, algumas colunas opinativas foram publicadas sinalizando os riscos à democracia. Contudo, Lima argumentou a *Folha* normalizou os tuítes sem se propor a entender e explicar seu significado. Por fim, Lima afirmou que durante os mais de dois anos do governo Bolsonaro, uma parte significativa da cobertura jornalística ainda reproduz a narrativa de que os generais não fazem parte da contaminação política do Exército, separando as alas “militar” e “ideológica” do governo. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 21/02/21)

6- Periódico comentou sobre o atraso do Exército na publicação de portarias que regulamentam o rastreamento de armas e munições

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército revogou em 2020 três portarias que normatizavam o rastreamento e a identificação de armamentos e munições, o que diminuiu consideravelmente o controle sobre artigos bélicos. Segundo a *Folha*, as três portarias foram editadas pelo Comando Logístico do Exército em março de 2020 e revogadas pelo Exército em abril de 2020. Em suas redes sociais, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que ordenou a anulação das normas por não se enquadrarem nas “diretrizes definidas em decretos” sobre armamentos. Contudo, especialistas afirmam que as três portarias eram fundamentais para as investigações criminais no Brasil, permitindo o rastreamento de forma mais minuciosa. De acordo com a *Folha*, após ordem do Tribunal de Contas da União (TCU), o Exército se comprometeu a editar novas portarias até o final de 2020. Contudo, o prazo não foi cumprido. Em justificativa ao TCU sobre a revogação, o Exército afirmou que a criação de um sistema de rastreamento de produtos controlados pelo Exército era incompatível, pois o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, vinculado ao Ministério da Justiça, seria o responsável pela ação. Além disso, em nota, o Exército declarou que por conta da publicação de quatro decretos que facilitam a compra de armas e munições em 12/02/2021, as portarias serão revisadas para depois serem editadas. De acordo com Ivan Marques, advogado, analista de segurança pública e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao abrir mão dessas regras, o Exército promove um descontrole no ciclo de vida das munições, favorecendo o crime organizado e o desvio de lotes de munição para o mercado ilegal. Além disso, Felipe Angeli, gerente de *advocacy* do Instituto Sou da Paz, afirmou que o Exército descumpriu o prazo e está abrindo mão de sua autonomia, por pressão política. Segundo a *Folha*, enquanto isso, desde o início do governo Bolsonaro, 30 atos normativos voltados para a flexibilização do acesso a armas e munições foram publicados. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 21/02/21)

7- Presidente do Senado afirmou que não há militarização do governo federal

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, declarou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, tem prerrogativa para nomear membros do governo. Ademais, Pacheco afirmou que não há um processo de militarização, mas sim de escolha de pessoas para exercer cargos. Segundo Pacheco, mesmo com falas favoráveis ao AI-5 e ao regime militar, não haveria riscos à democracia brasileira. Contudo, indicou que o Congresso Nacional estaria pronto para reagir a qualquer ameaça. (O Estado de S. Paulo - Política - 21/02/21)

8- Colunista fez comparações entre o papel do judiciário e dos militares no Brasil

Em coluna para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o cientista político Marcus André Melo traçou comparações históricas entre o judiciário e os militares, assim como os papéis de cada no Brasil. Primeiramente, Melo apontou que antigamente o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do país, era tratado como

“esse desconhecido”, enquanto os militares eram figuras mais comuns na vida política brasileira. Porém, na atualidade, os ministros do STF têm ganhado cada vez mais protagonismo. Melo também citou o livro “Os dois brasis” (1957) de Jacques Lambert, no qual se afirma que “generais e juizes cumprem funções de arbitragem política; os magistrados nas democracias, os militares nos regimes autoritários”, referindo-se às comuns e pontuais intervenções feitas pelas Forças Armadas nos governos até o Regime Militar (1964-1985) e ao partidarismo do judiciário brasileiro. Ademais, Melo também lembrou que Lambert admite haver diferenças entre as duas alas, pois apesar de intervir politicamente, o judiciário não dispõe de meios efetivos de força como as Forças Armadas; além de que, caso a polarização direita-esquerda chegue ao judiciário, ela “não ofereceria grandes perigos”. Por outro lado, quando os militares decidem intervir e arbitrar embates políticos, dificilmente é possível evitar a projeção de questões partidárias-ideológicas na instituição, algo mais perigoso considerando a disponibilidade de uso da força mantida pelas Forças Armadas. Por fim, o texto compara o Brasil de Lambert com o atual, afirmando que enquanto nos anos 1950 o STF tinha um papel subalterno, na atualidade ele tem um “hiperprotagonismo”, se encontra sobrecarregado e “enfrenta cotidianamente um Executivo autoritário”, em embates que protegem a democracia mas assustam a população. (Folha de S. Paulo - Opinião - 22/02/21)

9- Projeto de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro deixa a desejar
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, desde que assumiu a presidência em 2018, Jair Bolsonaro prometeu grandes mudanças nas políticas educacionais, com destaque à ação do Ministério da Educação (MEC) para fomentar as escolas cívico-militares, modelo classificado pelo jornal como questionável e de “baixo impacto” no ensino fundamental como um todo. Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ligado ao MEC e responsável pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não elaborou quaisquer questões sobre a ditadura militar (1964-1985) nos últimos dois anos. Ademais, de acordo com reportagens já publicadas pelo jornal *O Globo* e confirmadas pela *Folha*, uma comissão interna no Inep emitiu parecer para trocar o termo “Ditadura Militar” por “Regime Militar” numa questão de linguagens, deixando clara a agenda político-ideológica do governo de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21)

10- Colunista discutiu ameaças à democracia vindas de dentro do Estado brasileiro

Partindo da prisão do deputado federal Daniel Lucio de Silveira, acusado de atacar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e defender a intervenção militar, o advogado Thiago de Souza Amparo discorreu em coluna para a *Folha de S. Paulo* sobre outras ameaças à democracia presentes no Estado brasileiro. Amparo apontou como o STF usou a Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 1983 ainda durante o Regime Militar (1964-1985), para punir Silveira por ter feito “apologia à ditadura”. O episódio foi classificado como trágico e inconstitucional, visto que a LSN “carrega o DNA repressivo” do Regime, completando com um clamor para que o STF declare-a inconstitucional. O colunista também lembrou que o ministro do STF José Antonio Dias Toffoli foi

conivente com o Ministério da Defesa em decisão de maio de 2020, a qual permitiu à instituição continuar celebrando o aniversário do golpe militar de 1964. Amparo destacou que a decisão do STF apontava que “cabe aos historiadores, não ao Judiciário dizer o que é golpe e o que foi ditadura”. Amparo também apontou as falas do deputado federal Eduardo Bolsonaro no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em 2019, em defesa do Ato Institucional nº5 (AI-5), o mais repressivo da ditadura. O deputado não sofreu qualquer consequência, assim como seu pai, Jair Bolsonaro, ao elogiar governos ditatoriais em países vizinhos. Por fim, o colunista fez diversas recomendações ligadas à “justiça de transição”, como a substituição da LSN, a maior atenção às recomendações da Comissão Nacional da Verdade - das quais 80% não foram cumpridas em todo ou em parte -, a criação de Museus e instituições de memória que preservem a história de tortura do Regime, a desmilitarização das Polícias Militares, um maior controle civil sobre as instituições militares e a proibição por lei da apologia à ditadura. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21)

11- Ex-ministro da Defesa acusou Bolsonaro e sua política armamentista de potencializar uma guerra civil

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública, Raul Jungmann, encaminhou carta aberta aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar que vetem os decretos do governo de Jair Bolsonaro que facilitam o acesso a armas. Jungmann teceu duras críticas à política armamentista de Bolsonaro, associando-a a um “nefasto processo” que ameaça o sistema democrático, fazendo também alusões ao episódio recente dos ataques ao Capitólio estadunidense, que poderiam se repetir no pleito presidencial brasileiro de 2022. Na carta, o ex-ministro apontou que armar a população sempre serviu, ao longo da história, aos interesses de ditaduras, golpes de Estado, massacres, discriminação, separatismos, genocídios e governos fascistas. Ademais, Jungmann afirmou que os decretos atentam “frontalmente contra o papel constitucional” dos militares e o monopólio do uso legítimo da força - algo essencial para a manutenção da soberania de qualquer Estado -, clamando assim pela “defesa das nossas Forças Armadas”. A *Folha* ressaltou que Jungmann é civil e possui “bom trânsito” com o STF e as Forças Armadas. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Jungmann relatou que a repercussão da carta entre os ministros com os quais ele tem acesso foi em tom de “preocupação”. Ao ser questionado sobre o argumento de que o porte de armas é garantia de liberdade da população, o ex-ministro ressaltou que “a garantia da liberdade está na democracia, no respeito à Constituição e aos poderes” e analisou que os decretos atendem “muito mais a uma preocupação política e ideológica” da base eleitoral de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 22/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/02/21)

12- Forças armadas e comunidades quilombolas disputam territórios

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo de Jair Bolsonaro tem negligenciado a questão das comunidades quilombolas e aumentado a tensão em territórios disputados por essas comunidades e as forças armadas brasileiras. De acordo com o jornal, o orçamento disponibilizado pelo governo federal aos quilombos em 2020 foi menor que o valor usado pelo Ministério da

Defesa para a compra de vinho no mesmo ano. Dentre os conflitos agrários, a *Folha* destacou os atritos entre a Marinha e a comunidade Rio dos Macacos, na região metropolitana de Salvador (Bahia), pela área da Base Naval de Aratu. Segundo o jornal, a terra foi parcialmente titulada aos quilombolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sendo um dos poucos exemplos de atitudes durante o governo Bolsonaro em favor dessas comunidades. Outro conflito ocorre entre membros da comunidade Forte Príncipe da Beira e o 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Rondônia. De acordo com os quilombolas, o Exército os persegue por tentar regularizar a posse da área que engloba o forte histórico da região. Após inúmeros embates, incluindo tentativas de barrar o comércio e a roça na região, foram assinados os Termos de Ajuste de Conduta (TAC) entre o Exército e os quilombolas, com intermédio da Justiça Federal e do Ministério Público Federal, que pacificaram a disputa, mas não esclareceram de quem é a posse por direito daquelas terras. De acordo com o Exército, as áreas de fronteira são “de extremo interesse para atividades militares, a fim de garantir a integridade do território nacional”. Assim, por se tratar de uma região de fronteira, o Exército defende “harmonizar” os interesses de ambos os lados. Por outro lado, segundo a *Folha*, o presidente da associação quilombola Elvis Pessoa afirmou que o pelotão não tolera a presença quilombola na área. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 22/02/21)

13- Propostas de alteração da Lei de Segurança Nacional datam do início dos anos 1990

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as propostas de mudanças na Lei de Segurança Nacional (LSN) são antigas e foram iniciadas em 1991. Promulgada ainda durante o Regime Militar (1964-1985), a LSN tem sido amplamente aplicada para investigar jornalistas e advogados e, mais recentemente, serviu de base para o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar o deputado federal Daniel Lucio de Silveira após este proferir ameaças à integridade dos ministros que compõe a corte e apologia à ditadura. Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a constitucionalidade da legislação não ficou mais tão clara e o STF ainda não julgou o assunto. Segundo o *Estado*, o último dos projetos de revisão da LSN foi proposto pelos deputados federais Luiz Paulo Teixeira Ferreira e João Somariva Daniel, ambos dos Partidos dos Trabalhadores. A proposta visa substituir a LSN pela Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, a qual prevê punições para aqueles que fizerem apologia a ditaduras, com agravante caso se trate de agentes públicos ou militares, além de se espelhar em legislações similares existentes no Chile e Alemanha. De acordo com o *Estado*, especialistas criticam a LSN em razão do texto ser vago e abrir margem para abusos; além de ter sido feita no contexto do Regime Militar como mecanismo de perseguição política. Outro projeto, de autoria do ex-deputado André Peixoto Figueiredo Lima, visa definir como crime atos antidemocráticos que clamem pelo fechamento do Congresso Nacional e retorno da Ditadura Militar. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/02/21)

14- Colunista abordou armas reais ou simbólicas das forças armadas contra o Supremo Tribunal Federal

Em coluna à *Folha de S. Paulo*, o advogado, professor de direito penal e ex-secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, entre 2005 e 2007, Pierpaolo Cruz Bottini, discorreu acerca dos momentos em que o Supremo Tribunal Federal (STF) se viu pressionado pelo Executivo e/ou pelas Forças Armadas em decisões emblemáticas. O advogado remontou eventos desde a República Velha, quando em 1892 o presidente da República, marechal Floriano Peixoto, ameaçou a Corte para que não concedesse *habeas corpus* em favor dos presos políticos da Revolta da Armada, até as recentes ameaças ao colegiado proferidas pelo deputado federal Daniel Lucio de Silveira, que o levaram à prisão. Bottini mencionou o momento em que, às vésperas do julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o general Eduardo Villas Bôas usou o *twitter* para pressionar o STF no que seria uma “ameaça velada”, mas cujas implicações hoje se sabem mais “ameaçadoras”. Mais de um século depois da Revolta da Armada, Bottini destacou que o STF segue sendo pressionado pelo Poder Executivo, que muitas vezes se utiliza das Forças Armadas, apontando “armas reais ou simbólicas”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 23/02/21)

15- Exército e Aeronáutica devem prestar esclarecimentos ao MPF sobre produção e distribuição de cloroquina

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que o Ministério Público Federal (MPF) determinou prazo de 15 dias para que os comandantes do Exército, general Edson Leal Pujol, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, prestem esclarecimentos que detalhem as estruturas mobilizadas, os recursos financeiros, bem como a origem orçamentária das ações que viabilizaram a produção e distribuição do medicamento cloroquina, sem eficácia contra a Covid-19. Segundo o jornal, trata-se de inquérito civil público instaurado pela Procuradoria da República no Distrito Federal para apurar se houve improbidade administrativa do general Eduardo Pazuello, ministro da Saúde, e possíveis ilegalidades na utilização de recursos públicos em medicamentos sem eficácia contra a doença. O Ministério da Saúde também deverá prestar esclarecimentos ao MPF sobre quais evidências científicas fundamentaram a recomendação do medicamento, por que utilizou um aplicativo que o recomendava, e quais foram as despesas em “tratamento precoce”, em financiamento de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e em testes, e campanhas informativas à população a respeito da Covid-19. A *Folha* reiterou que se trata do 10º procedimento instaurado pelo MPF para investigar a gestão de Pazuello na pandemia. A investigação do Exército e da Aeronáutica foi instaurada com base em reportagem da *Folha* publicada em 06/02/2021, que denunciava a utilização das duas instituições e mais cinco ministérios, uma estatal e dois conselhos da área econômica para difundir a cloroquina no país. O Laboratório Químico do Exército produziu 3,2 milhões de comprimidos e, para aquisição de insumos e princípio ativo, realizou ao menos nove dispensas de licitação, sem levar em conta demanda e planejamento, conforme apurou o Tribunal de Contas da União (TCU). O Exército negou a possibilidade de acúmulo de medicamentos em vias de vencer e a Aeronáutica alegou que os

transportes realizados obedeciam à solicitação do Ministério da Saúde, por meio do Ministério da Defesa. (Folha de S. Paulo - Saúde - 23/02/21)

16- Brasil gastou US\$ 22,1 bilhões com suas Forças Armadas em 2020

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que, segundo dados do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, o Brasil gastou, em 2020, US\$22,1 bilhões em suas Forças Armadas, representando 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. No ranking internacional, o Brasil caiu da 11ª posição para a 13ª em números nominais. Porém, apesar da queda em dólares, o gasto em reais aumentou, sendo a queda efeito da depreciação da moeda brasileira frente à americana. Além disso, a *Folha* ressaltou que o Brasil despendeu cerca de R\$561 por habitante nas forças armadas, sendo que tal gasto representa 42% do total da América Latina e Caribe. Contudo, a *Folha* avaliou que a despeito dos gastos aparentemente altos, cerca de 80% do total é despendido com pessoal, incluindo pensões e aposentadorias, e apenas uma fração vai para programas como o do caça Gripen e do cargueiro KC-390. (Folha de S. Paulo - Mundo - 26/02/21)

17- Exército ordenou retirada de militares que garantiam a segurança de madeira ilegal apreendida no Pará

De acordo com a colunista Camila Mattoso, do periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército ordenou a retirada de tropas responsáveis pela segurança da maior apreensão de madeira ilegal da história do país. A operação, batizada de Handroanthus GLO (Garantia da Lei e da Ordem), foi realizada pela Polícia Federal (PF) em conjunto com as Forças Armadas em dezembro de 2020 e apreendeu 130.000m³ de madeira ilegal, que estavam sob proteção de militares em dois locais no estado do Pará. Segundo a colunista, o chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto Norte comunicou em ofício para a PF que as tropas deixariam os locais para retornarem às suas bases. O delegado responsável pela operação reagiu ameaçando abrir inquérito contra os militares que abandonassem a proteção do carregamento de madeira e afirmou que o Exército não teria prerrogativa para isso. A coluna da *Folha* também noticiou que um documento da PF alertava para a oportunidade de criminosos recuperarem a madeira explorada ilegalmente e pontuava que, caso isso ocorresse, seria “objeto de apuração da responsabilidade de natureza civil, administrativa (improbidade) e criminal (por exemplo, prevaricação)”. Ademais, a PF demandou do Exército os dados e nomes dos responsáveis pela eventual decisão de abandonar a madeira apreendida sob a sua responsabilidade. Mattoso também ressaltou o comentário do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o caso, o qual reiterou a retirada das tropas no dia 6 de março e declarou que a PF errou ao emitir um documento ameaçando abrir inquérito contra militares. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 26/02/21)

18- Bolsonaro deve nomear militar para a Secretaria de Comunicação

De acordo como os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, deve substituir Fábio Wajngarten pelo almirante Flávio Rocha no comando da Secretaria Especial de

Comunicação Social (Secom). O almirante, amigo pessoal do presidente, é o atual chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), e deve acumular os dois cargos após a nomeação. A possível mudança se deve a divergências entre Fábio Wajngarten e o ministro das Comunicações, Fábio Faria, levando a área a ter desempenho insatisfatório, principalmente em lidar com as crises de imagem do governo. A Secom é responsável pelo repasse das verbas para publicidade e pela comunicação oficial do governo, tendo considerável poder político. Segundo o *Estado*, Flávio Rocha tem um perfil conciliador, conectando Bolsonaro a outros setores. O militar, que fala seis idiomas, também tem auxiliado em negociações diplomáticas com outros países, com a China. Caso seja confirmado como próximo chefe da Secom, o militar se tornará o terceiro a assumir o cargo no governo Bolsonaro. (Correio Braziliense - Política - 26/02/21; Folha de S. Paulo - Poder - 26/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/02/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).